



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000867-28.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL -
SAMES

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 16/2023 - Formação de registro de preços para eventual prestação de serviço de Ginástica Laboral, Massagem Terapêutica, Reeducação Postural Global (RPG) e Avaliação Nutricional em benefício dos servidores (efetivos, requisitados e cedidos) que desempenham suas atividades no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

DECISÃO Nº 9 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, visando à tramitação dos atos necessários à formação de registro de preços para eventual prestação de serviço de Ginástica Laboral, Massagem Terapêutica, Reeducação Postural Global (RPG) e Avaliação Nutricional em benefício dos servidores (efetivos, requisitados e cedidos) que desempenham suas atividades neste Tribunal (1008488).

Item	Descrição/Especificação	Quantidade anual	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Ginástica Laboral	312	85,38	26.638,56
2	Massagem terapêutica	624	120,00	74.880,00
3	Reeducação Postural	416	122,00	50.752,00
4	Avaliação e acompanhamento Nutricional	208	170,37	35.436,96

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 16/2023, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento n. [1067651](#). Não houve impugnação ao edital ou pedido de esclarecimento.

O Pregoeiro juntou aos autos: a) Relatório de propostas – Comprasnet ([1073904](#), [1073905](#), [1073909](#) e [1073911](#)); b) Relatório de Declarações ([1075107](#)); c) documentos de habilitação da licitante GM SAÚDE LTDA, CNPJ 12.782.055/0001-57, juntados no evento [1075117](#), que, após manifestação da unidade técnica ([1075284](#)), foi aceita; d) documentos de habilitação da licitante MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ 21.482.987/0001-06, juntado no evento [1075124](#), que, após manifestação da unidade técnica ([1075284](#)), foi aceita para os itens 3 e 4, contudo, em razão de recurso interposto foi considerada inabilitada ([1082269](#)); e) documentos de proposta ([1083954](#)) e de habilitação da licitante ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA, CNPJ 19.326.019/0001-50, juntados nos eventos [1083978](#) e [1083980](#), que, após manifestação da unidade técnica ([1084190](#)), foi aceita para os itens 3 e 4; e f) Termos de Julgamento das propostas e documentos de habilitação para cada item ([1075921](#), [1075925](#), [1075926](#), [1075927](#), [1084705](#) e [1084717](#)). Por fim juntou o Relatório n. 56/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1085638](#)), expondo as principais ocorrências do certame. Em seguida, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([1085644](#)).

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada as licitantes GM SAÚDE LTDA, CNPJ n. 12.782.050/0001-57, detentora da melhor proposta oferecida aos itens 1 e 2; MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA - CNPJ 21.482.987.0001-06, detentora da melhor proposta oferecida aos itens 3 e 4; e ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 19.326.019/0001-50, cuja proposta foi aceita para os itens 3 e 4.

Na fase recursal, houve dois registros de intenção de recurso para os itens 2 e 4 apresentado por licitantes distintos, quais sejam, Soares Atividades Físicas Ltda. e Estilo Ativo Serviços Ltda.

No tocante ao item 2, o licitante SOARES ATIVIDADES FISICAS LTDA. registrou intenção de recurso, contudo, declarou a desistência, afirmando a regularidade dos documentos apresentado pela empresa vencedora GM SAÚDE LTDA, conforme documento juntado ao evento n. [1075928](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto ao item 4, a licitante ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA. ME ([1075927](#)) registrou intenção de recurso, que foi aceita pelo Pregoeiro. A referida licitante apresentou razões recursais ([1075929](#)), nas quais, em síntese, ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA em razão de os dados contidos no atestado de habilitação técnica conter divergência entre a denominação social e CNPJ, não estando explícita a realização de serviço de acompanhamento nutricional; o responsável pelos serviços prestados não está inscrito no Conselho de Nutrição e Fisioterapia; bem como alegou que a empresa não possui registro no seu ato constitutivo em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Após diligências realizada pelo pregoeiro ([1081159](#)) e manifestação da unidade técnica ([1081440](#)), a decisão impugnada foi revista, sendo exercido o juízo de retratação ([1082269](#)). Assim, considerando que a empresa MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA não atende aos requisitos estabelecidos no edital, foi inabilitada.

Mediante o Parecer Jurídico n. 268/2023 ([1087890](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela manutenção da decisão - em sede de juízo de retratação exercido pelo Pregoeiro ([1082269](#)) - no recurso manejado pela licitante ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA ([1075929](#)), e, consequente inabilitação da licitante MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS; pela adjudicação dos itens do objeto pela autoridade superior em favor das licitantes: GM SAÚDE LTDA, CNPJ n. 12.782.050/0001-57, detentora da melhor proposta oferecida aos itens 1 e 2; e ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 19.326.019/0001-50, detentora da melhor proposta oferecida aos itens 3 e 4; e pela homologação do certame pela autoridade competente, nos exatos contornos dos Termos de Julgamento ([1075921](#), [1075925](#), [1084705](#) e [1084717](#)), com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021.

É o necessário relatório. Passo à análise dos recursos.

Preliminarmente, verifica-se que as recorrentes participaram do certame, caracterizando o seu interesse. Os recursos foram apresentados tempestivamente e na forma prevista no edital, assim, deles conheço.

Como relatado, a licitante SOARES ATIVIDADES FISICAS LTDA posteriormente desistiu do recurso apresentado, afirmando que os documentos da empresa vencedora estão em conformidade com o edital ([1075928](#)). Dado que esta licitação é realizada na modalidade Pregão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eletrônico, regida pela Lei n. 14.133/2021, não é necessário registrar minimamente as intenções (apontamento acerca do que se pretende recorrer), sendo suficiente optar operacionalmente "pela intenção". Isso posto, e considerando o alegado posteriormente pelo licitante, verifica-se não haver necessidade de análise adicional.

Quanto ao recurso da licitante ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA. ME, verifica-se que as razões da recorrente merecem prosperar. No caso em tela, a recorrente dispõe que a licitante vencedora MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA não teria atendido os requisitos de habilitação técnica, motivo pelo qual foi aduzido em suas razões o seguinte ([1075929](#)): (i) divergência entre a denominação social e CNPJ da emitente do Atestado de Capacidade Técnica; (ii) incoerência entre os serviços prestados, indicativo dos serviços, quantitativo global e o especialista responsável pela execução dos serviços; e (iii) ausência de habilitação empresarial para execução do objeto licitado. Não houve registro de contrarrazão ([1076645](#)).

Observando o princípio da celeridade e as disposições do Edital (11.2, 11.4 e 15.4), o pregoeiro solicitou cópia do contrato que originou a contratação mencionada no Atestado de Capacitação Técnica apresentado pela empresa MARK SOLUÇÕES EMPRESARIAS LTDA ou qualquer outra documentação que pudesse esclarecer o conteúdo do atestado. No entanto, a referida licitante não conseguiu apresentá-lo e declinou dos itens arrematados.

Como consta do Relatório n. 56/2023 - ASLIC ([1085638](#)), a questão principal atacada (habilitação) não foi atendida pela empresa recorrida. Realmente os dados presentes no Atestado de Capacitação Técnica não são capazes de atender o edital, uma vez que não foi possível, mesmo após solicitação de diligências, atestar a veracidade dos fatos nele alegados. Além do mais, constatou-se que a licitante não possui nenhuma atividade empresarial registrada no SICAF enquadrada no ramo compatível com o objeto da licitação em comento.

Desta feita, analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do Parecer Jurídico n. 268/2023 ([1087890](#)), constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei n. 14.133/2021, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório. Observa-se, portanto, que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no referido relatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) **CONHEÇO** do recurso manejado pela licitante Estilo Ativo Serviços Ltda. ([1075929](#)) e **DOU-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão em sede de juízo de retratação exercido pelo Pregoeiro ([1082269](#)), com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório e, consequente, inabilitação da licitante Mark Soluções Empresariais, inscrita sob o CNPJ n. 24.485.960/0001-57, na forma registrada no Termo de Julgamento ([1084705](#));

b) **ADJUDICO** os itens 1 e 2 do objeto à licitante GM SAÚDE LTDA, CNPJ n. 12.782.050/0001-57; e os itens 3 e 4 à licitante ESTILO ATIVO SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 19.326.019/0001-50, já que demonstraram condições para contratação com o setor público e são detentoras das melhores propostas; e

c) **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO N. 16/2023**, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, nos exatos contornos dos Termos de Julgamento ([1075921](#), [1075925](#), [1084705](#) e [1084717](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Compras.gov.br, à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do pregão eletrônico nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 24/11/2023, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1088275** e o código CRC **6795AB13**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000867-28.2023.6.22.8000

1088275v30



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000867-28.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Pregão Eletrônica – Formação de registro de preços para eventual prestação de serviço de Ginástica Laboral, Massagem Terapêutica, Reeducação Postural Global (RPG) e Avaliação Nutricional em benefício de servidores (efetivos, requisitados e cedidos).

DESPACHO Nº 1084 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, visando à eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Ginástica Laboral, Massagem Terapêutica, Reeducação Postural Global (RPG) e Avaliação Nutricional, via Sistema de Registro de Preços, em benefício de servidores (efetivos, requisitados e cedidos) da Justiça Eleitoral em Rondônia ([1008288](#)).

Descrição/Especificação	Quantidade anual	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Ginástica Laboral	312	85,38	26.638,56
Massagem terapêutica	624	120,00	74.880,00
Reeducação Postural	416	122,00	50.752,00
Avaliação e acompanhamento Nutricional	208	170,37	35.436,96

Para instrução dos autos, carreu-se a solicitação de contratação ([1009064](#)); o documento de formalização da demanda ([1008488](#)); o mapa comparativo de preços e serviços ([1021005](#)); a equipe de planejamento da contratação ([1026581](#)); o mapa de gestão de riscos ([1030612](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([1037037](#)) e o Estudo Técnico Preliminar ([1038858](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Termo de Referência inicialmente elaborado pela unidade demandante foi objeto de diligências pelas unidades SAC e ASLIC, todas objetivando esclarecimentos e sugestões de alterações para melhoria da sua redação, culminando na versão final do Termo de Referência n. 15/2023-SAMES ([1044019](#)).

Justifica-se a contratação dos serviços na necessidade de prevenir lesões por esforço repetitivo (LER) e dos distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho (DORT), assim promovendo melhoria na saúde e qualidade de vida dos servidores. Além disso, a nutrição é um fator importante na etiologia e no tratamento das maiores causas de morte e incapacidade na sociedade contemporânea. Assim, a avaliação e acompanhamento nutricional dos servidores desta Corte terá fins preventivos para patologias tais quais obesidade, desnutrição, hipertensão, doença aterosclerótica, anemia, diabetes e câncer.

O custo estimado total da contratação é de R\$ 187.707,52 (cento e oitenta e sete mil setecentos e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme item 9.1 do TR ([1044019](#)).

Por se tratar de formação de registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, consoante art. 17 do Decreto Federal n. 11.462/23.

A SAC registrou que os critérios essenciais de regularidade já haviam sido analisados anteriormente nos termos do evento n. [1039515](#), extensiva a atual análise. Juntado novo TR com os ajustes sugeridos pela ASLIC ([1043711](#)), a SAC registrou nada haver a acrescentar, de forma que o Termo de Referência n. 15/2023-SAMES ([1044019](#)) encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos arts. 6º, incisos XLI e XLV, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 33, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 4/2023, podendo a contratação de seu objeto ser processada por licitação, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço ([1047283](#)).

A SECONT elaborou a minuta de Contrato de evento n. [1049253](#) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, opinou pela conformidade do documento às regras da Lei n. 14.133/2021. Ademais, opinou pela regularidade dos documentos da fase de planejamento da contratação; e pela adequação legal das minutas de contrato e de edital, nos termos do Parecer Jurídico n. 191 ([1056327](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela regularidade da Informação Conclusiva do Valor Estimado; pela formação de registro de preços por meio da modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento das propostas pelo MENOR PREÇO por item, na forma de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, expresso em moeda corrente nacional, com a adoção do modo de disputa aberto com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, com etapa de envio de lances na sessão pública com duração de dez minutos, podendo ser automaticamente prorrogada pelo sistema; pela divulgação da Intenção de Registro de Preços; pela aplicabilidade do regime de licitação exclusiva para participação de ME/EPP's, na forma estabelecida pelo art. 48, inciso I, da Lei Complementar n. 123/2006, com exclusão na participação de pessoas físicas, conforme justificativas apontadas pela unidade demandante; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 4.1 do TR; e pela impossibilidade de subcontratação para o fornecimento dos serviços ([1060816](#)).

Assim instruídos, vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, registra-se que o pedido de contratação sob análise foi elaborado com base nas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação da Instrução Normativa TRE-RO n. 4, de 28/03/2023.

Analisando os autos, verifica-se a regularidade dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, quais sejam, Documento de Formalização da Demanda ([1008488](#)); Instituição de Equipe de Planejamento da Contratação ([1026581](#)); Estudo Técnico Preliminar ([1037257](#)), Mapa de Gestão de Riscos ([1030612](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([1037037](#)) e o Termo de Referência ([1044019](#)), uma vez que estão de acordo com o disposto no [art. 18 da Lei n. 14.133/2021](#) e com as regras contidas no Capítulo II da [Instrução Normativa TRE-RO n. 4/2023](#).

No caso em tela, os serviços pretendidos estão definidos pela unidade demandante de forma objetiva por meio das especificações constantes no capítulo 1 do TR, indicando os padrões de qualidade exigidos por esta Administração. Por sua vez, o enquadramento do objeto como "comum" é apontado pela SAMES, unidade autora do TR e conhecedora das especificidades dos serviços que se pretende adquirir. Além disso, na forma do Acórdão TCU n. 817/2005-Primeira Câmara, é faculdade da Administração aferir se o objeto a ser contratado possui enquadramento de "bem ou serviço de uso comum", apreciando o caso concreto mediante a existência de circunstâncias objetivas constantes da fase interna do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

procedimento licitatório. Nesses termos, tem-se como adequada a adoção do pregão eletrônico.

Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços, as justificativas registradas pela unidade solicitante do TR encontram-se de acordo com as hipóteses permissivas do art. 78, inciso IV, da Lei 14.133/2021 c/c art. 3º, incisos II e V, do Decreto Federal n. 11.462/2023. Nesse ponto, justificou no ETP n. 3/2023 ([1038858](#)) e no Termo de Referência n. 15/2023 ([1044019](#)) em comento, que seria pertinente, em função natureza do objeto, das oscilações orçamentárias a que este órgão está submetido, e do maior alcance de eficiência e celeridade nas atividades administrativas, a adoção do Sistema de Registro de Preços. Por tal motivo, a formação de registro de preços é mesmo o procedimento adequado para a aquisição pretendida, considerando que melhor atende ao interesse desta Administração.

Ressalta-se que a unidade demandante manifestou-se favoravelmente à divulgação do registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG, consoante item 2.5.1.1. do TR.

Sobre o valor estimado da contratação que se pretende efetivar, as regras da estimativa estão disciplinadas no documento denominado de INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO - ICVEC. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento n. [1037037](#) e demonstra que o preço de R\$ 187.707,52 (cento e oitenta e sete mil setecentos e sete reais e cinquenta e dois centavos) foi estimado pelas contratações similares recentes registradas no banco de preços, empresas do ramo, honorários dos respectivos profissionais e contratações similares na Administração Pública - de acordo com as pesquisas juntadas nos eventos ([1020968](#)) ([1020969](#)) ([1020970](#)) ([1020971](#)) ([1020973](#)) ([1020980](#)) ([1021002](#)).

Nessa linha, verifica-se que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021. Nesses termos, conclui-se pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 4/2023.

Com relação à sustentabilidade, haverá a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental. Como observa-se, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio de formulários, frequência, correspondências e todos os demais documentos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

decorrentes da execução do contrato. Além disso, quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, caso venha a produzi-los na execução do serviço, a contratada deverá seguir requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme item 4.1 do TR.

No que tange ao tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte no certame, será aplicada a exclusividade de participação de ME/EPP's, na forma estabelecida pelo art. 48, inciso I, da Lei Complementar n. 123/2006, considerando que o valor estimado dos itens para a contratação pretendida, individualmente, não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Diante do exposto, considerando os documentos e as informações carreados aos autos, somados à necessidade de aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018:

1. aprovo os documentos que integram a fase de planejamento da contratação, quais sejam, Documento de Formalização da Demanda ([1008488](#)); Instituição de Equipe de Planejamento da Contratação ([1026581](#)); Estudo Técnico Preliminar ([1037257](#)), Mapa de Gestão de Riscos ([1030612](#)) e o Termo de Referência ([1044019](#)), uma vez que possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022 e estão de acordo com o disposto no [art. 18 da Lei n. 14.133/2021](#) e com as regras contidas no Capítulo II da [Instrução Normativa TRE-RO n. 4/2023](#);

2. aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1037037](#), a qual está em conformidade com o disposto no [art. 23 da Lei n. 14.133/2021](#), atualmente regulamentado pela [Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021](#), em cumprimento ao [item 40 do Anexo da Portaria 57/2023/CNJ](#), [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3. autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, na forma de empreitada por preço unitário, com fundamento no na forma do **art. 6º, XLI c/c 29, ambos da NLLC**;

4. determino a utilização da disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, com etapa de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

envio de lances na sessão pública com duração de dez minutos, podendo ser automaticamente prorrogada pelo sistema;

5. autorizo a utilização do sistema de registro de preços, com divulgação da Intenção de Registro de Preços, autorizada pelo Secretário da SAOFC, em atenção ao art. 7º do Decreto Federal n. 11.462/2023, que regulamentou os art. 82 a art. 86 da [Lei n. 14.133/2021](#);

6. determino a aplicabilidade do regime de licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, inciso I, da Lei Complementar n. 123/2006, com exclusão na participação de pessoas físicas, conforme justificativas apontadas pela unidade demandante;

7. determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 4.1 do Termo de Referência n. 15/2023 - SAMES (evento n. [1044019](#));

8. determino a impossibilidade de subcontratação para o fornecimento dos serviços, conforme manifestação realizada pela unidade demandante no item 4.6 do Termo de Referência, à luz do art. 122, § 2º, da [Lei Federal n. 14.133/2021](#).

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 21/09/2023, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1061903** e o código CRC **6DD01B2C**.